

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 29/2024, em que é recorrente **Elson Djone Ramos** e entidade recorrida o **Tribunal de Relação de Sotavento**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 76/2024

(Autos de Amparo 29/2024, Elson Djone Ramos v. TRS, Inadmissão por ausência de atributabilidade de conduta impugnada ao órgão judicial recorrido e manifesta inexistência de violação de direito, liberdade e garantia)

I. Relatório

1. O Senhor Elson Djone Ramos, não se conformando com o *Acórdão 163/2024, de 17 de julho*, do TRS, vem requerer recurso de amparo, por razões que sumariza da seguinte forma:

1.1. Quanto à admissibilidade:

1.1.1. Alega ter sido notificado do *Acórdão 179/2024*, que apreciou a sua reclamação contra o *Acórdão N. 163/2024* no dia 1 de agosto de 2024, logo o recurso seria tempestivo;

1.1.2. O órgão judicial contra ao qual recorre é a última instância hierárquica de recurso, na medida em que, com a alteração do Código de Processo Penal (CPP) ocorrida em 2021, considerando a pena que lhe foi aplicada, tais decisões do TRS não mais seriam recorríveis;

1.1.3. A legitimidade do recorrente seria inquestionável, pois é o visado pelo acórdão ora posto em crise e a legitimidade do TRS também seria pacífica, visto que foi a entidade que proferiu a referida decisão;

1.2. Quanto à entidade que teria praticado as condutas violadoras dos seus direitos fundamentais diz ser o Tribunal da Relação de Sotavento que, ao ter rejeitado o recurso e o requerimento por ele protocolados, negou-lhe os direitos de defesa, ao contraditório, ao processo justo e equitativo, à ampla defesa, à decisão judicial criminal fundamentada e ao recurso, explicitando que o ato, facto ou omissão praticado por esse órgão judicial foi o seguinte:

1.2.1. “Ter rejeitado o recurso do requerente considerando que a sentença da 1.^a instância, apta a sustentar uma condenação, quando esta decisão enferme claramente de falta de fundamentação, o limita sobremaneira [seria o que limita sobremaneira?] as garantias de defesa e o direito constitucional ao recurso do requerente”;

1.3. Quanto às razões de facto que fundamentam o pedido:

1.3.1. Diz que foi acusado da prática de um crime de tráfico de drogas e uma vez submetido a julgamento viria a ser condenado, nos termos do artigo 3º, número 1 da Lei n.º 78/IV/93, de 21 de julho, numa pena de 7 anos de prisão pelo cometimento de crime de tráfico de droga de alto risco;

1.3.2. Não se conformando com a sentença, por entender que a mesma estaria eivada de vício de fundamentação, dela recorreu para o Tribunal da Relação de Sotavento;

1.3.3. Este órgão judicial viria a admitir no acórdão ora impugnado que a fundamentação apresentada na sentença do tribunal de 1.^a instância era deficiente, complementando que apenas a “expressa” falta de fundamentação poderia conduzir à nulidade imputada a tal decisão;

1.3.4. No entanto, este aresto votado por maioria teria sido acompanhada de um voto vencido do Juiz Desembargador, Dr. Lubrano, que fundamentou o seu voto com base na falta de fundamentação da sentença, propondo a anulação e a remissão da mesma para o tribunal *a quo* para prolação de nova decisão;

1.4. Adianta análise jurídica no sentido de que:

1.4.1. Perante tal quadro, de existência de uma sentença cuja fundamentação não teria sido capaz de elucidar o requerente sobre os motivos que teriam levado o tribunal a

decidir no sentido em que o tribunal decidiu, não lhe resta outro caminho senão o de submeter essa situação à análise desta Alta Corte, na medida em que não se terá cumprido o imposto no artigo 9º do CPP e no artigo 211, número 5, da CRCV;

1.4.2. Alega que o dever de fundamentação não constitui apenas uma garantia integrante do conceito de Estado de Direito Democrático, sendo ainda um importante fator de legitimação das decisões judiciais e uma garantia dos cidadãos à ampla defesa e ao recurso, apoiando em teses desenvolvidas por dois autores que cita textualmente;

1.4.3. Entende que a “decisão da 1ª instância não foi suficiente para demonstrar e convencer o requerente da bondade e ou da justiça por forma a que este pudesse avaliar se [se] conforma ou não com a decisão, pois a fundamentação[,] como se disse[,] foi manifestamente abstrata e genérica”.

1.5. Repete as mesmas ideias na conclusão e pede que:

1.5.1. O recurso seja admitido e julgado procedente por provado;

1.5.2. Sejam anulados os *Acórdãos N. 163/2024 e N. 179/2024* do TRS;

1.5.3. Seja declarado que a decisão do TRS viola o artigo 9º do CPP e o Artigo 211º, número 5, da CRCV;

1.5.4. Seja declarado que a decisão do TRS violou as garantias de defesa, ao contraditório, ao processo justo e equitativo, à ampla defesa, a decisão judicial criminal fundamentada e ao recurso;

1.5.5. Seja reparado o direito do requerente ao processo justo e equitativo, à ampla defesa, a decisão judicial criminal fundamentada e ao recurso.

1.6. Diz juntar: procuração, duplicados legais e 5 documentos.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito o Exmo. Sr. Procurador Geral da República, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. O recorrente estaria provido de legitimidade;

2.2. Estariam esgotadas as vias ordinárias de recurso previstas na lei do processo, porque segundo a mesma, tendo sido condenado em primeira instância e no TRS numa pena inferior a 8 anos de prisão, tal decisão seria insuscetível de recurso para o STJ;

2.3. O recorrente parecia ter cumprido o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*;

2.4. Os direitos que invoca seriam passíveis de amparo, porquanto direitos, liberdades e garantias.

2.5. Afigurar-se-lhe-ia estarem preenchidos os pressupostos para a admissão do presente recurso.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 27 de setembro, nessa data se realizou, com a participação dos Juízes-Conselheiros Efetivos, Pina Delgado e Pinto Semedo, e, por força da ausência justificada do Venerando JC Aristides R. Lima, da Juíza Constitucional Substituta Rosa Martins Vicente, além do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21*

de abril, *Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado,

publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão nº 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios-constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual

lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão nº 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo, ela própria, eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Na situação vertente, pode-se dizer que, no geral, o recorrente, além de ter apresentado a sua peça na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente que se trata de um recurso de amparo, incluiu uma exposição das razões de facto que a fundamentam, integrando um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos, conforme as imposições do artigo 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*.

2.3.5. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão.

2.4. Sendo assim, todos os requisitos da peça parecem estar presentes, considerando o Tribunal ter todos os elementos necessários a verificar se o recurso é admissível, sem a necessidade de emitir qualquer decisão de aperfeiçoamento.

3. No essencial, consegue-se depreender as condutas que pretende impugnar e a entidade que as terá empreendido, os direitos que entende terem sido violados e, genericamente, intui-se o amparo último que almeja obter, aspetos que serão avaliados adiante, se for necessário.

3.1. Isso porque diz que a conduta que pretende impugnar é o ato do Tribunal da Relação de Sotavento de ter rejeitado o recurso do recorrente considerando que a sentença da 1.^a instância [seria] apta a sustentar uma condenação, quando esta decisão enferme claramente de falta de fundamentação, o que limitaria sobremaneira as garantias de defesa e o direito constitucional ao recurso do requerente;

3.2. Tal conduta terá, na sua opinião, violado o direito ao contraditório, ao processo justo e equitativo, à ampla defesa, a decisão judicial criminal fundamentada e ao recurso;

3.3. Justificando a concessão de amparo de declaração de nulidade dos *Acórdãos* N. 163/2024 e N. 179/2024 do TRS, de declaração de violação do artigo 9º do CPP e do Artigo 211º, número 5 da CRCV, e de declaração de violação do direito ao contraditório, ao processo justo e equitativo, à ampla defesa, a decisão judicial criminal fundamentada e ao recurso;

4. Antes de prosseguir, cuida o Tribunal de verificar se os pressupostos gerais de admissibilidade se encontram preenchidos, caso seja necessário, ressaltando-se que:

4.1. Por força do artigo 20, parágrafo primeiro, da Constituição da República, e do artigo 18, alínea a) da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, é evidente que este tribunal é competente em razão da matéria, considerando que se imputa ao órgão judicial recorrido a violação de direito, liberdade e garantia;

4.2. O recorrente, na medida em que, nos termos do artigo 20, parágrafo primeiro, se arroga ser titular de posição jurídica com essa natureza, e de, conforme a parte final do número 1 do artigo 4º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, ser pessoa direta, atual e efetivamente passível de ser afetada pela conduta impugnada, na medida em que foi condenado numa pena de prisão, possui legitimidade processual ativa; no polo passivo, verifica-se o mesmo com a entidade recorrida que terá praticado os atos ao qual se imputa a lesão dos direitos nos termos da orientação geral (v. *Acórdão* 29/2021, de 3 de junho, *António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2264-2270, c)).

4.3. Por fim, tratando-se de recurso referente a questão suscitada em processo que corre os seus termos nos tribunais regulado pelo artigo 5º, parágrafo primeiro, o prazo de interposição é de vinte dias contados da data de notificação da decisão que se recusou a reparar a violação praticada, e por força do artigo 1º da Lei do Amparo e do artigo 50 da Lei do Tribunal Constitucional, com suspensão de contagem aos sábados, domingos e feriados, conforme remissão para o Código de Processo Civil.

4.3.1. No caso em análise, tendo a notificação do *Acórdão* 179/2024, de 31 de julho ocorrido no dia 1 de agosto de 2024, e

4.3.2. Considerando que o requerimento de recurso deu entrada na secretaria do Tribunal Constitucional no dia 30 de agosto, último dia do prazo, considera-se que foi protocolado oportunamente.

5. A construção adequada da peça ou o seu aperfeiçoamento permitem que o Tribunal Constitucional, antes de tudo, consiga identificar o centro nevrálgico do escrutínio de amparo – a conduta impugnada – que se constituirá no objeto do recurso. Podendo materializar-se tanto num ato, como numa omissão, a conduta corresponde a um comportamento de uma entidade à qual se imputa a vulneração de um direito, liberdade e garantia. É a isso que se refere tanto o artigo 20 da Lei Fundamental quando remete à “tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais (...)”, como o artigo 2º da Lei do Amparo, quando se refere à “prática de factos ou à omissão de atos ou factos”. Isso desde que em relação aos atos, nos termos do artigo 2º, número 3, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, estes não assumam natureza legislativa ou normativa, devendo o Tribunal Constitucional recusar qualquer impugnação que ataque diretamente norma constante de dispositivo legal ou equiparado, como, de resto, tem feito ao recusar-se a admitir recursos de amparo que impugnem normas (*Acórdão 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Barros v. TRS sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1813-1828, 2., *Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 2.3.4., *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do nº 2) do Art. 3º e o Art. 2º do DL 194/91, na interpretação que lhe foi dada pelo Presidente do STJ, no sentido de que fixa um prazo de recurso de cinco dias, independentemente de se tratar de um litígio decorrente de relação de trabalho estabelecida ou de litígio tendente à constituição de uma relação de trabalho*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. IV, INCV, 2018 (2017), pp. 137-176, 2.2.1, *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre a violação do direito de acesso aos tribunais por decisão de deserção de recurso*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de

dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 5. e 6., *Acórdão 29/2019* e *Acórdão 39/2022*, de 28 de outubro, *Tecnicil Imobiliária e Alfredo de Carvalho v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 42-49, ii), estabelecendo claramente a distinção entre o objeto de recursos de amparo e o objeto de recursos de fiscalização concreta da constitucionalidade. Na medida em que a aplicação de qualquer ato normativo poderá ser impugnada através deste último recurso constitucional dificilmente se pode considerar o dispositivo legal que exclui do objeto do recurso de amparo atos públicos como portador de um vício de inconstitucionalidade.

5.1. No caso concreto, o recorrente apresenta como conduta lesiva de direito, liberdade e garantia o ato do TRS consubstanciado no facto de ter rejeitado o recurso do recorrente, considerando que a sentença da 1.^a instância [seria] apta a sustentar uma condenação, quando esta decisão enferme claramente de falta de fundamentação;

5.2. Não portando tal conduta natureza normativa, dá-se por preenchida essa imposição legal que fixa o próprio objeto do recurso, caso ele seja admitido.

6. E, além disso, é determinante para se identificar os direitos potencialmente atingidos pela conduta lesiva, uma etapa essencial para se verificar se a conduta em causa é passível de ser amparada, do que depende, de uma parte, de estar em causa posição jurídica dependente de direito, liberdade ou garantia ou direito que se pode beneficiar do regime de proteção desta categoria de direitos, e, da outra, de, em potência, ser ato que pode ser diretamente atribuível ao órgão judicial recorrido por este poder ter responsabilidade direta, imediata e necessária na sua violação, portanto de esta poder ser-lhe imputável de alguma forma.

6.1. No presente caso, o recorrente refere-se a lesões ao direito ao contraditório, ao processo justo e equitativo, à ampla defesa, à decisão judicial criminal fundamentada e ao recurso;

6.1.1. Daí, dar-se por preenchida essa exigência formal incontornável, seja pela sua localização sistemática, por serem considerados direitos liberdades e garantias ou pela sua natureza intrínseca de garantias processuais penais.

6.1.2. Assim, dúvidas não persistirão de que são, respetivamente, direitos liberdades e garantias e verdadeiras garantias fundamentais amparáveis.

6.2. A determinação final da ocorrência de violação imputável ao órgão judicial recorrido é feita na fase de mérito. No momento de avaliação da presença dos pressupostos e requisitos de admissibilidade basta que o Tribunal avalie a possibilidade racional e abstrata de a conduta impugnada ser suscetível de ter sido praticada direta, imediata e necessariamente pela entidade recorrida.

6.2.1. Neste caso concreto, a única conduta impugnada, teria sido praticada originariamente pelo tribunal de 1.^a instância;

6.2.2. Todavia, pretende o recorrente que o TRS, ao considerar essa sentença apta para sustentar a condenação do recorrente mesmo estando enferma de vício de falta de fundamentação acolhendo os entendimentos aos quais se imputa lesão de direito, liberdade e garantia, também a terá praticado;

6.2.3. No entanto, é muito duvidoso que assim seja, designadamente porque o trecho essencial onde se extrai a *ratio decidendi* que suportou a decisão do alto tribunal recorrido no segmento indicado, pontua textualmente que “verifica-se, assim, que embora de forma deficiente, a decisão de mostra fundamentada, porquanto, nunca é demais repeti-lo apenas a falta de fundamentação consubstancia o vício de nulidade da sentença, de acordo com o disposto na alínea a), do artigo 409 [do CPP]”.

6.2.4. Portanto, resulta claro que o órgão judicial recorrido, perante a alegação do recorrente de que a sentença padecia de “falta de fundamentação flagrante”, sendo a motivação “vazia e genérica”, sem que tenha “demonstrado como chegou” às conclusões expostas entre o ponto 1 e o ponto 26 da sentença”, encaminhou a questão para uma discussão ancorada na interpretação dos artigos 403 e 409 do CPP, e decidiu com base em sentido extraído dessas disposições;

6.2.5. Portanto, em nenhum momento professou entendimento de que uma sentença que enferme claramente de falta de fundamentação é apta a sustentar uma condenação. Outrossim, o que considerou foi que: primeiro, aquela concreta sentença, apesar das suas deficiências, não padecia de falta de fundamentação; segundo, somente uma sentença desprovida de fundamentação pode ser declarada nula; logo, de acordo com um silogismo simples, não podia anular aquela sentença. Esta é a única conduta que podia ser impugnada.

6.2.6. Portanto, a única conclusão possível é que essa conduta não é, da forma como foi construída, atribuível ao órgão judicial recorrido;

7. Porém, ainda que o fosse, a sua viabilidade seria muito reduzida no quadro do controlo lasso de cariz negativo que o Tribunal Constitucional pode promover em tais ocasiões (*Acórdão 6/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ, sobre a violação dos direitos a não se ser discriminado, à liberdade do corpo e à presunção da inocência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 5; *Acórdão 13/2018, de 7 de junho, Manuel Fonseca v. STJ, sobre violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo e da garantia contra a retroatividade da lei penal prejudicial ao arguido*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1277-1285, 4; *Acórdão 20/2018, de 16 de outubro, Uchechukwu Vitus Ezeonwu e Chijioke Duru v. STJ, sobre violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 68, 25 de outubro de 2018, pp. 1639-1648, 5; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.3; *Acórdão 5/2021, de 25 de janeiro, Évener de Pina v. STJ, sobre violação da garantia à presunção da inocência e da garantia ao contraditório*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 8 de março de 2021, pp. 850-861, 2.1.3; *Acórdão 43/2022, de 4 de outubro, Amadeu Oliveira v. Supremo Tribunal de Justiça, sobre a violação do direito à liberdade sobre o corpo*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, 62-71, 4.3.1, *Acórdão 1/2023, de 17 de janeiro, Ivan dos Santos v. TRB, por confirmação de sentença condenatória a pena de reclusão em situação em que não terá ficado provado que soubesse que a ofendida era menor de catorze anos, por alegada violação do direito à presunção de inocência do arguido*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, 680-683; *Acórdão 81/2023, de 22 de maio, José Eduíno v. STJ*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 66, 15 de junho de 2023, pp. 1376-1384, 13; *Acórdão 105/2023, de 26 de junho, Matthew Balme v. STJ, Admissão a trâmite de conduta de confirmação judicial da extradição do recorrente, malgrado o Estado Requerente não ter alegadamente apresentado garantias*

suficientes de que teria reconhecido um direito ao recurso ou a um novo julgamento, por eventual violação do direito de recurso e do direito à defesa em processo penal, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 75, 13 de julho de 2023, pp. 1458-1469, 9.1.9), não podendo atuar como se fosse um tribunal de revista, como parece que a forma genérica que o recorrente optou por construir a conduta lhe colocaria, e sequer estaria autorizado a promover entendimentos alternativos de interpretações preferenciais que promoveria caso estivesse na posição dos que julgaram o ato impugnado.

7.1. Na medida que autorizado a intervir somente nas circunstâncias que resvalam para uma situação de arbitrariedade, por mais que os seus juízes pudessem, caso estivessem no lugar do meritíssimo magistrado de julgamento, ter esmiuçado de outra forma o segmento de fundamentação da sentença que condenou o recorrente, muito dificilmente a podem considerar arbitrária por falta de fundamentação.

7.2. Exigindo a lei que da fundamentação conste a enumeração dos factos dados por provados e não provados; a indicação discriminada e tanto quanto possível completa, ainda que concisa, dos motivos, de facto e de direito, que fundamentaram a decisão, com indicação das concretas provas que serviram para formar a convicção do tribunal e um enunciado das razões pelas quais o tribunal não considerou atendíveis ou relevantes as provas contrárias,

7.3. O trecho da sentença em que se diz que “[o]s depoimentos da testemunha Luís foram prestados de forma muito atordoada, por vezes contraditórias e incoerente, todavia o tribunal extraiu alguns factos que corroboram com a acusação e declarações ainda que parcas do arguido Bernaldito. Esta testemunha confirmou que os dois arguidos são amigos. O Elson que reside em Assomada frequenta a casa do Bernaldito no Tarrafal, a qualquer hora do dia – versão confirmada pela testemunha Héder. Elson costuma trazer drogas para Bernaldito vender aqui no Tarrafal e dividem o lucro – facto confirmado pela testemunha Rafael. Deixa a droga pendurada na parede da casa de Ogi. Asseverou que os dois arguidos é que dividiram a droga em saquetas, para serem vendidas por 50\$00. Fizeram-no no interior da casa de Ogi. Assistiu à busca em casa de Ogi, todos os produtos apreendidos se encontravam no quarto daquele. Reconheceu os objetos e confirmou que os mesmos foram encontrados ali. Já assistiu Djony a vender droga à testemunha “Txelo” – facto confirmado pela testemunha Rafael mcp “Txelo”. Esta última testemunha confirmou igualmente ter visto o Djony a entregar saco de cimento contendo droga a Ogi.

Que já consumiu droga cedida pelo arguido Ogi, em casa deste. Tem conhecimento que Ogi também costuma oferecer drogas aos pescadores”, dificilmente conduz a uma situação de arbitrariedade e de falta de fundamentação;

7.4. E por mais deficiências de que ela padeça em termos de coerência e suficiência não se pode dizer que, nos termos do artigo 409 do CPP, que regula a nulidade da sentença, esta não contivesse as menções do artigo 403 do mesmo diploma em termos de requisitos da fundamentação;

7.5. Se o mesmo trecho era passível de conduzir a situação de arbitrariedade de decisão em função de contradições internas, incoerência ou insuficiência da matéria de facto que foi dada por provada é questão a respeito da qual o Tribunal Constitucional não pode se pronunciar por não ter sido impugnada nestes autos, quando se construiu a conduta sujeita a escrutínio, que fixa o objeto deste recurso.

III. Decisão

Pelo exposto, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional decidem não admitir o recurso interposto pelo recorrente.

Registe, notifique e publique.

Praia, 02 de outubro de 2024

José Pina Delgado (Relator)

João Pinto Semedo

Rosa Martins Vicente

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 02 de outubro de 2024.

O Secretário,

João Borges